

STJ00117250

LUÍS S. CABRAL DE MONCADA

Doutor em Direito
Professor da Universidade Lusfada

ENSAIO SOBRE A LEI



COIMBRA EDITORA

2002

Composição e impressão
Coimbra Editora, Limitada

ISBN 972-32-1120-3

Depósito Legal n.º 184 756/2002

Setembro de 2002

ÍNDICE

	Págs.
1. Considerações gerais introdutórias	5
2. O pensamento clássico	7
3. A concepção da lei em S. TOMÁS.....	10
<i>a)</i> A lei natural	14
<i>b)</i> A lei humana.....	15
4. A concepção de lei em JOÃO DUNS ESCOTO e GUILHERME DE OCKHAM	16
<i>a)</i> A vontade e a lei	18
<i>b)</i> A lei positiva	20
<i>c)</i> A tese dos actos indiferentes.....	23
5. Balanço	24
6. A teoria da lei em FRANCISCO SUÁREZ.....	28
7. As concepções modernas da lei.....	31
<i>a)</i> A laicização da lei	33
<i>b)</i> O novo direito natural	37
<i>c)</i> A liberdade individual.....	45
<i>d)</i> O indivíduo e a lei	49
<i>e)</i> A nova legitimidade	51
<i>f)</i> O contrato social.....	56
8. O Iluminismo de E. KANT; a «Metafísica dos Costumes»	62
9. A concepção liberal da lei	66
10. A lei no centro da ordem jurídica.....	68
11. O conceito formal de lei	74
12. O dualismo no conceito germânico de lei	81
13. A lei, norma geral e abstracta	82
14. Um novo conceito material e axiológico de lei	86
15. A crise da lei	88

	Págs.
16. Lei e comando	92
17. A legislação não parlamentar.....	95
18. A perda do monopólio parlamentar da lei	98
19. O robustecimento do poder legislativo dos Governos.....	101
20. Continuação	107
21. O pluralismo legislativo	110
22. A figura das reservas legislativas	119
23. A lei e a discricionariadade	122
24. Caracterização estrutural da lei na situação actual	133
25. Um acerto de contas metodológico	137
26. Para um conceito (constitucional) de lei em sentido material	142
27. A proibição da arbitrariedade legislativa.....	146
28. Lei e reserva de lei	149
29. O conceito de lei, a reserva e o papel do parlamento	152
30. A lei e a tecnologia	155
31. A polémica racionalidade da «escolha pública» legislativa	160
32. A partilha do poder e a consulta no procedimento legislativo	162
33. A alteração do paradigma legislativo tradicional.....	168
34. Um novo contrato social	170
35. Lei e interpretação.....	173
36. Lei e comunicação	176
37. A lei no Estado pós-Social	180
38. Conclusões	185